

**ATA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE Nº 211/2018
REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2018 NO AUDITÓRIO EVARISTO GARCIA
LOCALIZADO NA AVENIDA AFONSO PENA, 2336 – FUNCIONARIOS.**

Ao sexto dia do mês de junho de dois mil e dezoito, às 14h, no Auditório Conselheiro Evaristo Garcia - Av. Afonso Pena, 2336, Pilotis – Funcionários, foi realizada a ducentésima décima primeira reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, com as presenças constantes ao final desta ata. Bruno Abreu Gomes, presidente do CMSBH, inicia a reunião agradecendo a todos e todas pela presença. Solicita que as pessoas que estão vindo pela primeira vez levantem as mãos. Ele abre para os informes gerais. A Conselheira Municipal Ângela Eulália dos Santos denuncia o que está acontecendo em alguns centros de saúde em que os resultados de exames não são impressos, fazendo com que o usuário tenha que imprimi-los por conta própria. Durante discussão na Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização, os representantes da gestão disseram que essa não é a recomendação da Secretaria Municipal de Saúde. No entanto, Ângela informa que o Centro de Saúde Providência ainda está com essa prática. Bruno, presidente do CMSBH, convida Fabiano Pimenta e Taciana Malheiros Lima Carvalho, representando o Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Jackson Machado Pinto, para compor a Mesa. A Conselheira Distrital do Barreiro Sylvania Souza convida todos e todas para participarem, no dia 12 (doze) de junho, na PUC Barreiro de um evento em comemoração aos 25 (vinte e cinco) anos do CERSAM Barreiro, que foi o primeiro CERSAM a ser instituído em Belo Horizonte. Maria de Fátima Batista Pereira, gerente da Unidade de Referência Secundária Saudade, parabeniza todos trabalhadores e gestores que conseguiram manter a rede SUSBH funcionando durante os 6 (seis) dias em decorrência da greve dos caminhoneiros. Gilson Guedes, presidente do Conselho Distrital de Saúde da Pampulha (CODISAP), parabeniza também os trabalhadores que atuaram arduamente durante essa fase de paralisação, informando que o CODISAP também esteve aberto para atender a todos e todas. Ele convida os presentes para participarem, toda segunda-feira às 14h no Centro de Saúde São Francisco, das reuniões do Movimento Para Elas. Ele também informa que houve uma plenária essa semana para discutir a construção de uma nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na região da Pampulha, por não haver mais condições de atendimento na estrutura atual. Gilson informa que a UPA que antes realizava cerca de 4.000 (quatro mil) atendimentos, agora chegou à marca de 8.000 (oito mil) atendimentos. Aparecida Martins, da Comissão Local do Centro de Saúde São José, denuncia que na Avenida João XXIII há um prédio que está sendo demolido, que seria um CAPs AD, ao lado do Centro de Saúde Padre Tiago. Ela pede que se tomem providências para defender o espaço antes que o ocupem. Maria Aparecida aproveita para convidar para a festa junina em comemoração aos dois anos do CS Padre Tiago, na sexta-feira 08 (oito) de junho de 2018 (dois mil e dezoito). Maria Aparecida Souza, Conselheira Distrital da Leste, informa que em virtude da greve dos caminhoneiros não foi possível realizar o evento Vetando o Vetor, alterando para a tarde do dia 25 de junho de 2018, no mesmo local. Bruno Abreu Gomes informa o CMSBH, em parceria com a Controladoria Geral da União, realizará o Seminário Nacional sobre Financiamento do SUS e Controle Social, na Rua Timbiras, sede da CGU; informa também que o curso piloto Diálogos em Defesa do SUS e da Democracia se inicia na próxima sexta-feira, 08 (oito) de junho de 2018 (dois mil e dezoito), às 14 horas. Carla Anunciatta de Carvalho, Primeira Secretária do CMSBH e representante dos usuários, denuncia que, de janeiro até junho de 2018, já foram registradas 20 (vinte) mortes maternas, sendo 16 (dezesesseis) em Belo Horizonte e 4 (quatro) em outras cidades. Pontua que vários fatores podem ter ocasionado essas mortes, mas ressalta que é importante a participação dos conselheiros nas reuniões da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização (CTCAM) que discutirá o tema. Ela informa também que, no dia 25 (vinte e cinco) de maio, na Faculdade de Odontologia da FEAD, os estudantes realizaram uma roda de conversa com o CMSBH sobre controle social. Bruno convida a Subsecretária de Orçamento, Planejamento e Gestão, Fernanda Girão, para compor a mesa. Maria da Glória Abido Capistrano, Secretária Geral

50 do CMSBH, informa que a discussão do Passe Livre para a Saúde começou com a Conselheira
51 Local Mônica, do Centro de Saúde Floramar, e que chegou às mãos do Vereador Carlos Magno
52 Pereira de Freitas (Catatau) para dar entrada e articular o Projeto de Lei Nº 406/2017. Esse projeto
53 foi discutido em reunião conjunta da CTCAM e Câmara Técnica de Financiamento, para aprofundar
54 sobre o assunto. O CMSBH está articulando uma grande participação do controle social na
55 audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte sobre o Passe Livre Saúde. Glória ainda
56 informa sobre a realização, no dia 20 (vinte) de junho às 8h30, do Seminário em Comemoração aos
57 30 (trinta) anos do SUS, na Faculdade de Medicina da UFMG, com representantes da Associação
58 Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Bruno informa que foi encaminhado em plenária anterior
59 que o CMSBH se reunisse com o Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, para discutir a situação
60 do Hospital Sofia Feldman. Essa reunião acontecerá no dia 07 de junho de 2018, com todos os
61 atores envolvidos. Bruno também informa que na próxima semana haverá outra plenária do CMSBH
62 para tratar do processo eleitoral para a gestão 2018/2020. Ele esclarece que as eleições das
63 Comissões Locais serão em julho, as dos Conselhos Distritais em agosto e a do Conselho Municipal
64 de Saúde será em setembro. Bruno sugere que a pauta sobre a composição da Secretaria Executiva
65 (SE) do CMSBH, prevista para hoje, seja retirada, uma vez que o Secretário Jackson Machado Pinto
66 comunicou ao CMSBH que está garantida a composição atual da SE. A plenária aprova a alteração
67 de pauta, mantendo o Plano Municipal de Saúde (PMS) e a Programação Anual de Saúde (PAS)
68 2018 como pauta única. Bruno faz uma breve introdução explicando como se deu a Conferência
69 Municipal de Saúde e construção do PMS. Bruno informa o pacto realizado entre CMSBH e
70 Secretaria Municipal de Saúde para que Relatório Anual de Gestão (RAG), Programação Anual de
71 Saúde (PAS) e Plano Municipal de Saúde (PMS) sejam analisados nos períodos preconizados na
72 Portaria GM/MS Nº 2.135/2013. Taciana Malheiros Lima Carvalho inicia justificando a ausência do
73 Secretário Municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, que está em uma reunião com o Prefeito
74 Alexandre Kalil. Ela comenta que o Plano Municipal de Saúde é construído a partir de planejamento
75 estratégico e do consolidado de propostas que foram trazidas de um diagnóstico da Secretaria
76 Municipal de Saúde e do relatório da Conferência Municipal de Saúde, baseando-se na realidade
77 da rede SUSBH, aliado a toda uma conjuntura econômica e financeira. Os Conselheiros Municipais
78 Ângela Eulália, coordenadora da Câmara Técnica de Gestão da Força de Trabalho e Salvador
79 Teixeira, coordenador da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização, passam à
80 leitura do parecer elaborado em reuniões conjuntas. PARECER DAS CÂMARAS TÉCNICAS DE
81 GESTÃO DA FORÇA DO TRABALHO E CONTROLE, AVALIAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO Nº -
82 206/2018. Belo Horizonte, 24 de maio de 2018. Nos dias 05/02/2018, 19/02/2018, 26/02/2018,
83 15/03/2018, 19/03/2018, 22/03/2018, 26/03/2018, 09/04/2018, 16/04/2018, 26/04/2018, 03/05/2018,
84 21/05/2018 e 24/05/2018 os membros da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização
85 (CTCAM) e da Câmara Técnica de Gestão da Força do Trabalho (CTGFT) se reuniram na sala de
86 reuniões do Conselho Municipal de Saúde, situado à Av. Afonso Pena, 2336 – Pilotis – Funcionários,
87 BH/MG, para apreciarem o Plano Municipal de Saúde (PMS) 2018-2021 e Programação Anual de
88 Saúde (PAS) 2018. Considerando: a Lei Federal 8.080, 19 de setembro 1990; a Lei Federal 8.142,
89 28 de dezembro de 1990; o Decreto Federal 7.508, 28 de junho de 2011; a Resolução 453, do
90 Conselho Nacional de Saúde, 10 de maio de 2012; a Portaria 2.135 do Ministério da Saúde de 25
91 de setembro de 2013; que os documentos foram enviados a este Conselho Municipal de Saúde em
92 01/02/2018, o que atrasou sua apreciação pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde. Após
93 constatação de que o PMS 2018-2021 e a PAS 2018 estão aquém dos anseios expressos na 14^o
94 Conferência Municipal de Saúde Conselheiro José Carlos Machado, que apontou as diretrizes para
95 planejamento no SUS-BH. Por fim, a CTCAM e a CTGFT recomendam ao Plenário do Conselho
96 Municipal de Saúde a aprovação do Plano Municipal de Saúde 2018-2021 e da Programação Anual
97 de Saúde 2018 desta Secretaria Municipal de Saúde, com as seguintes propostas desse Conselho
98 Municipal de Saúde: Propostas do CMS para o PMS 2018-2021 e PAS 2018. As propostas abaixo

99 foram construídas e aprovadas em reuniões das CTCAM e CTGFT, considerando propostas
100 aprovadas na 14ª Conferência Municipal de Saúde de BH “SUS: Nenhum direito a menos”, em
101 homenagem ao Conselheiro José Carlos Machado: 1.1.2 (modificar) Proposta 8, eixo 1, 14ª
102 Conferência Municipal de Saúde. Construir 80 Centros de Saúde (novos e em substituição) até
103 2021, conforme diagnóstico do Movimento VivaSUS, construído pelas 152 Comissões Locais de
104 Saúde. 1.1.8 (incluir) Apontamentos a partir das 13 propostas mais votadas na 14ª Conferência
105 Municipal de Saúde. Apresentar Plano de Ações para solucionar as demandas apontadas no
106 diagnóstico do Movimento VivaSUS, construído pelas 152 Comissões Locais de Saúde. 1.2.10
107 (Incluir) Proposta 2, eixo IV, 14ª Conferência Municipal de Saúde. Implementar as práticas baseadas
108 em evidências na atenção à gestação, parto, nascimento, puerpério e abortamento, de acordo com
109 as Diretrizes Nacionais e Atenção ao Parto – Conitec / Ministério da Saúde e Norma Técnica de
110 Atenção Humanizada ao Abortamento nas maternidades do SUS-BH e da saúde suplementar. 1.4.1
111 (modificar) Proposta 5, eixo 1, 14ª Conferência Municipal de Saúde. Implantar 06 Consultórios de
112 Rua em 2019. 1.4.3 (modificar) Proposta 1, eixo 1, 14ª Conferência Municipal de Saúde. Elaborar
113 estudo de redimensionamento de equipes de saúde mental na APS, com apresentação ao CMS e
114 implementação das mudanças. 1.6.11 (incluir) Proposta 6, eixo 1, 14ª Conferência Municipal de
115 Saúde. Garantir a presença de profissionais de nível médio fixo e farmacêuticos de 40 horas
116 semanais nas farmácias das UBS. 3.1.7 (incluir) Proposta 7, eixo 3, 14ª Conferência Municipal de
117 Saúde. Implantar Passe Livre da Saúde, em conjunto com outras secretarias municipais, para
118 diminuir absenteísmo a consultas e exames especializados. 3.1.8 (incluir) Proposta 7, eixo 3, 14ª
119 Conferência Municipal de Saúde. Construir nova área física para CREAB Leste para garantir
120 acessibilidade aos usuários. 4.1.14 (incluir) Proposta 13, eixo 4, 14ª Conferência Municipal de
121 Saúde Implantar de CERSAM na regional Centro-Sul. 4.1.4 (modificar) Proposta 4, eixo 4, 14ª
122 Conferência Municipal de Saúde. Concluir obras da UPA Norte e construir as UPAS Noroeste,
123 Nordeste e Pampulha. 4.2.4 (modificar) Proposta 2, eixo IV, 14ª Conferência Municipal de Saúde
124 Implementar o Centro de Parto Normal Leonina Leonor, com cobertura de equipe multidisciplinar
125 necessária. 5.1.8 (incluir) Proposta 2, eixo IV, 14ª Conferência Municipal de Saúde. Pactuar com os
126 Hospitais de Ensino a responsabilização com a formação teórica e prática com trabalho em equipe
127 multidisciplinar desde a formação. 5.2.4 (incluir) Proposta 7, eixo 5, 14ª Conferência Municipal de
128 Saúde. Revisão proposta de Plano de Carreira da Saúde, dos Médicos e dos ACS/ACE/ Agentes
129 Sanitários, em conjunto com SUGESP (Subsecretaria de Gestão de Pessoas). 6.2.1 (modificar)
130 Realizar Seminário Municipal sobre políticas de saúde sobre o tema do uso de álcool e outras
131 drogas, envolvendo diversos atores sociais, para debate permanente sobre o tema, segundo os
132 princípios de redução de danos e da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial. 6.2.3 (modificar) Ofertar
133 2.000 3.000 vagas para capacitação de conselheiros de saúde até 2021, por meio das Oficinas de
134 Qualificação de Conselheiros, com garantia de seu financiamento . 6.2.7 (modificar) Realizar
135 atividades envolvendo conselheiros locais de Saúde e distritais de saúde Plenária de Comissões
136 Locais e Conselhos Distritais de Saúde 6.2.9 (modificar) Distribuir materiais formativos e de
137 divulgação do Controle Social e o Direito à Saúde aos conselheiros municipais de saúde, como
138 ConSaúde, Mosquitinhos e Cartazes para Comissões Locais, panfletos e Cartilhas sobre Direitos
139 dos Usuários do SUS e outros temas. 6.2.10 (incluir) Garantir ao CMS e aos Conselhos Distritais
140 de Saúde a organização da secretaria-executiva com infraestrutura e quadro de pessoal para apoio
141 técnico, conforme deliberação pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde. 6.3.8 (incluir)
142 Proposta 4, eixo 1, 14ª Conferência Municipal de Saúde. Retorno e manutenção dos porteiros para
143 Unidades Básicas de Saúde. Bruno esclarece que são 133 (cento e trinta e três) metas
144 apresentadas no PMS, e que esses assuntos abordados no parecer estão sendo pontuados por
145 pedirmos o acréscimo ou a modificação do texto. Willer Marques Ferreira, usuário do SUSBH, pede
146 questão de ordem para solicitar que os representantes da gestão esclareçam os pontos para clarear
147 o debate. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, representando o Secretário Municipal de Saúde,

148 Jackson Machado Pinto, inicia sua fala dizendo que as propostas iniciais foram colocadas com base
149 nas possibilidades econômicas de Belo Horizonte. Ele solicita que seja alterada a redação da
150 proposta de construção de novas unidades de saúde, acrescentando o que seja condicionado à
151 aquisição de recursos adicionais para o SUSBH. Fabiano Pimenta pontua que a SMSA tem muito
152 interesse em diminuir os índices de mortalidade materna e infantil, mas sabemos que a gestão não
153 tem gerência direta sobre a saúde complementar. Ele coloca que a Agência Nacional de Saúde
154 Suplementar também tem responsabilidade sobre serviços na saúde complementar. Fabiano diz
155 que há dois pontos importantes: ações que necessitam de aquisição de recursos adicionais para
156 serem feitas e as que não necessitam de mais recursos, mas que possuem limitações na execução.
157 É necessário encontrar o ponto de equilíbrio para que a gestão do SUSBH faça sua parte, sem se
158 comprometer em situações em que ela não tem governabilidade total. Pollyana Amaral pontua que
159 é papel da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA) regular os prestadores de serviços, apontando
160 indicadores de qualidade. Ela também informa que a Maternidade Leonina Leonor, que já está
161 pronta há nove anos, já tem previsão no orçamento do município e que a abertura da maternidade
162 foi uma das propostas mais bem votadas na 14ª (décima quarta) Conferência Municipal de Saúde.
163 Pollyana indaga aos representantes da SMSA o porquê de a maternidade ainda estar fechada.
164 Ângela Eulália, reforça que na 14ª Conferência Municipal de Saúde foi aprovado que o SUSBH não
165 realizaria Parcerias Público-Privadas (PPP) e sugere que a redação da proposta que prevê novos
166 centros de saúde contemple isso. Eliana Martins Maia, da Comissão Local de Saúde São Geraldo,
167 pontua que a solicitação da construção de 80 (oitenta) centros de saúde é oriundo também do
168 movimento VivaSUS. Ela sugere que esses recursos adicionais sejam buscados nas emendas
169 parlamentares e no Governo Federal. Danty Marchezane, conselheiro municipal de saúde, pontuou
170 que, durante as reuniões da Câmara Técnica de Gestão da Força de Trabalho do CMSBH, inúmeros
171 gestores estiveram presentes, colaborando nas discussões que perpassavam o Plano Municipal de
172 Saúde. Ele também sugere que altere o texto do parecer, colocando ressalvas no lugar de
173 propostas. Susana Rates, conselheira municipal de saúde, reforçar que todos são usuários,
174 trabalhadores e gestores do SUS, devendo considerar o bem-estar de todos. Em situações de
175 recursos financeiros escassos é necessário que haja prioridades para execução das ações. Em
176 relação a proposta 4.1.4 Ela considera legítima a proposta dos usuários da Noroeste em apontarem
177 a proposta de construção de uma UPA, no entanto pondera que UPA Norte precisa ser concluída,
178 a UPA Pampulha e Nordeste funcionam em espaços precários e que necessitam de ações
179 prioritárias para melhor atendimento. Esclarece que a UPA do Hospital Odilon Behrens, é habilitada
180 como porte 3 (três), podendo atender às diretrizes que dizem que se deve ter 1 (uma) UPA para
181 cada 300 (trezentos) mil moradores e por isso não deve ser priorizada neste momento. Willer
182 Marcos defende que trabalhem com a previsão de construção de 80 (oitenta) centros de saúde,
183 para que se busque recursos para atingir essa meta sem a utilização de Parcerias Público-Privadas.
184 William de Sá, conselheiro municipal de saúde, pontua que a SMSA precisa construir e colocar para
185 funcionar, e não apenas construir e não inaugurar. Fabiano Pimenta esclarece que a preocupação
186 da SMSA é que o recurso para a construção de 80 (oitenta) centros de saúde não está seguro.
187 E, caso esse seja o número aprovado para o PMS, em 2022, (dois mil e vinte e dois) quando os
188 conselheiros forem analisar o Relatório Anual de Gestão de 2021, pode ser que eles não o aproveem,
189 pelo não alcance dessa meta. Taciana Carvalho complementa que algumas propostas necessitam
190 da busca de suporte financeiro, mas que outras podem ser alcançadas. Ela também concorda que
191 deve ser pensado um plano de ação com base nos resultados do VivaSUS. Taciana esclarece ainda
192 que hoje a SMSA possui 4 (quatro) consultórios de rua e que já atingiu o limite de habilitação de
193 equipes que o Ministério da Saúde possibilita. Ela complementa que aumentar para 8 (oito)
194 consultórios significa que é o município de Belo Horizonte quem arcaria com esse acréscimo. Maria
195 Aparecida de Souza, presidenta do Conselho Distrital Leste, denuncia que a UPA Leste está
196 sobrecarregada, com mais de 150 (cento e cinquenta) pessoas esperando em média. Ela declara

197 que é preciso tomar as atitudes corretas para que se construam os centros de saúde que ajudariam
198 a desafogar outros serviços na rede SUSBH. Salvador Alves, defende que se deve evitar perdas na
199 prestação de serviços, como é o caso do absenteísmo para a realização de exames laboratoriais.
200 Carla Anunciatta, defende que todo cargo de direção na SMSA seja ocupado por um funcionário de
201 carreira, que conhece a rede SUSBH. Carla informa que um usuário esteve no Hospital
202 Metropolitano Doutor Célio de Castro e ficou lá por 15 (quinze) dias usando apenas analgésico, sem
203 ser atendido por um urologista nem por ortopedista. Carla convida para que os conselheiros
204 participem das reuniões das câmaras técnicas para fortalecerem as análises realizadas nessas
205 reuniões. Bruno, esclarece que o dinheiro vem do Ministério da Saúde para uma conta única, que
206 é o Fundo Municipal de Saúde, e o que orienta a aplicação desses recursos é o Plano Municipal de
207 Saúde. Bruno informa que para a construção do Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro
208 custou ao fundo municipal de saúde R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais). Ele
209 conclui que o foco deve ser na atenção primária, fortalecendo a atenção básica e diminuindo a
210 procura pelas UPAs e hospitais. José Gilson Guedes, presidente do Conselho Distrital da Pampulha,
211 informa que foram levadas cerca de 70 (setenta) mil assinaturas à Ministra Carmen Lúcia em
212 abaixo-assinado contra a EC 95, que congela gastos públicos em saúde e educação por 20 (vinte)
213 anos. Gilson também defende que gestores, trabalhadores e usuários são parceiros em defesa do
214 SUS. Walter Jesuíno, presidente da Comissão Local Pedreira e conselheiro distrital Noroeste,
215 esclarece que a UPA ao lado do Hospital Metropolitano Odilon Behrens (HOB) não é a UPA
216 Noroeste, mas na verdade é uma UPA do HOB. Segundo ele, a UPA Noroeste ainda não foi
217 construída. Valéria Nascimento, presidente do Conselho Distrital Noroeste, reforça que os
218 moradores da região noroeste não têm como ser atendidos na UPA Pampulha, porque não há linha
219 de ônibus para voltarem para suas casas. Maria da Glória Capistrano defende que a gestão possa
220 colocar suas considerações e observações no PMS, como sugerido por Fabiano Pimenta, que acha
221 que deve ser inserido o condicionante de aquisição de novos recursos para as ressalvas ao Plano
222 elencadas pelas Câmaras Técnicas do CMSBH. Simone Veloso, Segunda Secretária do CMSBH,
223 defende que todos precisam observar o macro, ou seja, analisar globalmente toda a rede SUSBH
224 para se elencar as prioridades de forma crítica e consciente. Sugere que haja redução no número
225 de impressões prevista para o Conselho Municipal de Saúde. Fabiano Pimenta esclarece que a
226 SMSA não desconsidera os anseios dos usuários do SUSBH. No entanto, existem prioridades a
227 serem seguidas e previsões orçamentárias para serem levadas em consideração. Ele pontua que
228 não há condições de acordar a construção de 80 (oitenta) centros de saúde sem ter previsão
229 orçamentária. Bruno esclarece que a proposta do Plano Municipal de Saúde foi enviada ao CMSBH
230 para debate. O parecer contempla as propostas que o Conselho Municipal fez alteração, que após
231 o debate em plenária serão encaminhadas para comporem um documento único. Bruno passa aos
232 encaminhamentos finais com as propostas de readequação do texto do parecer, sugeridas durante
233 a plenária, que foram as seguintes: 1) Que as metas física acrescidas pelas Câmaras Técnicas
234 estejam condicionadas à captação de recursos financeiros adicionais específicos por meio de
235 esforço conjunto da gestão dos conselheiros e de outros atores da sociedade, proposto por Fabiano
236 Pimenta. 2) Inserir na Meta 1.2.1, que a construção das 80 (oitenta) unidades de saúde, propostos
237 através de diagnóstico do Movimento VivaSUS, seja realizada sem Parcerias Público-Privadas e
238 com busca de recursos específicos e outras formas de financiamento, proposto por Ângela Eulália;
239 3) Alterar a redação da proposta 1.2.10 acrescentando a última frase para “em efetiva articulação
240 junto à saúde suplementar” proposto por Taciana Malheiros e Fabiano Pimenta; 4) exclusão da UPA
241 Noroeste da proposta 4.1.4 proposto por Susana Rates; 5) diminuição do número de impressos
242 para o CMSBH e Comissões Locais, proposto por Simone Veloso. Em regime de votação as
243 propostas foram votadas individualmente. Foram aprovadas, tal como proposto nos
244 encaminhamentos as propostas 01, 02 e 03. Em relação a proposta número 04 foram convidadas
245 as Conselheiras Municipais Adriana Rodrigues e Susana Rates para fazerem defesa da aprovação

246 ou reprovação da proposta de encaminhamento. Adriana Rodrigues pontua que a UPA Noroeste é
247 necessária, pois a UPA do HOB não atende a demanda. Segundo ela os equipamentos existentes
248 ainda são insuficientes para atender toda a demanda da cidade e não se pode retirar metas e sim
249 ampliá-las. Susana Rates alerta que é uma questão de prioridade e que outras UPAS estão em
250 estado precários e precisam ser priorizadas tais como a UPA Pampulha, UPA Nordeste, a conclusão
251 da UPA Norte e as melhorias nas UPAS Barreiro, Venda Nova e Leste e que em 04 anos não será
252 possível fazer tudo isso e começar a construção da UPA Noroeste até 2021. Após as defesas o
253 Plenário deliberou para manter a redação como esta sugerida pelas Câmaras Técnicas, mantendo
254 a UPA Noroeste nas metas. Em relação a proposta de encaminhamento número 05, Bruno faz um
255 esclarecimento que a meta de impressões propostas para o controle social, levam em consideração
256 todos os materiais disponibilizados pelo CMS: revistas, cartilhas, cartazes e folders. Simone Veloso
257 esclarece que a questão é otimizar o material e criar formas digitais de acesso à informação. A
258 proposta de encaminhamento número cinco foi rejeitada pelo plenário, mantendo a redação
259 proposta no parecer. Encerrada a votação dos encaminhamentos, Bruno coloca em votação as
260 demais propostas do Plano Municipal 2018/2021 e da Programação Anual de Saúde 2018, que
261 foram aprovadas por unanimidade. Estiveram presentes: Adriana Martins Maia, Adriana Simeoni,
262 Ângela Eulália dos Santos, Bruno Abreu Gomes, Carla Anunciatta de Carvalho, Danty Dias
263 Marchezane, Evelina da Silva Soares, Françoise Jacqueline Madeleine Bavay, Iris de Souza
264 Almeida, Jadir Martins, Magda Fernandes Antunes, Magda Maria Melo de Seixas Salgado, Maria
265 da Gloria Ábido Capistrano, Maria das Graças Rosa Dias, Maria de Lourdes dos Santos Medeiros,
266 Maria Nazaré dos Santos, Maura de Lourdes Canella, Miriam Maria Gonçalves Chaves, Silvania
267 de Souza, Simone Veloso Faria de Carvalho, Tatiane Caetano, Willian de Sá, Manoel Marques,
268 Eliane Pereira dos Santos, Valéria da Cruz Nascimento, Sandra Maria dos Santos, Sérgio Hirle de
269 Souza, Ana Emília do Oliveira Ahouagi, Priscila Miranda Mourão, Tarcisio Rodrigues Lemos,
270 Salvador Alves Teixeira, Adriana Rodrigues de Jesus Peixoto, Romélia Rodrigues de Lima,
271 Alessandra Rodrigues Tristão, Maria de Fátima Batista Pereira, Jorge Ribeiro Nascimento,
272 Justificaram: Adolpho Randow Neto, Leda Mariana Seabra da Rocha, Luciana Gouveia Viana,
273 Heloysa Lino Vaz, Valdir Matos Lima. Às 18h foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente
274 ata que, após lida e aprovada, será assinada pela presidente e pelo Secretário Geral do Conselho
275 Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 06 de junho de 2018. GLA.